Página PT 13

JUNHO 2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

APRESENTAÇÃO

Página 13 publica este encarte eletrônico, com o roteiro de algumas das falas que foram apresentadas na Conferência da Esquerda Socialista do PT. Esperamos que possa ser útil como contribuição ao processo de eleição das direções partidárias, marcado para novembro de 2009.

O editor

Conferência da Esquerda Socialista do PT

Conferência da Esquerda Socialista do PT
3 e 4 de abril - São Paulo - SP

As chapas "A esperança é vermelha" e "Militância socialista", que disputaram com estes nomes o processo de eleição direta das direções partidárias em 2007, decidiram unir seus esforços e realizarão, nos dias 3, 4 e 5 de abril, uma Conferência Nacional com a seguinte programação:

3 DE ABRIL
19h-21h
Mesa de debate sobre os desafios da esquerda brasileira, com Emir Sader, João Pedro Stédile, Antonio Carlos Spis e Padre Ferraro.

4 DE ABRIL
9h-12h
Mesa de debate sobre a situação mundial, com os seguintes temas:
a) a crise capitalista
b) a crise ambiental
c) as alternativas de esquerda, especialmente na América Latina e caribenha

13h-16h
Mesa de debate sobre a situação brasileira, com os seguintes temas:
a) a conjuntura nacional
b) o balanço do governo Lula
c) nossos desafios estratégicos e programáticos para 2010 e os próximos anos

16h-19h
Mesa de debate sobre a esquerda, com os seguintes temas:
a) as diferentes estratégias da esquerda brasileira
b) a situação do PT
c) as perspectivas da esquerda

Os debates são abertos para toda a militância petista.

A agenda perdida do PT

Renato Simões, secretário nacional de movimentos populares do PT

Não, não se trata da famosa agenda perdida da equipe de economistas coordenados por José Alexandre Scheinkman para elaborar propostas para a campanha de Ciro Gomes à Presidência da República em 2002, e que influenciou a política macroeconômica do primeiro governo Lula. Para uma agenda perdida, aquela foi bastante efetiva, e incorporou o pensamento conservador e neoliberal de muitos de seus elaboradores aos nossos dilemas daquele período.

Na verdade, a agenda perdida de que falamos foi aquela gerada a partir das resoluções do III Congresso Nacional do PT e da incapacidade da atual direção partidária em converter-se na principal responsável coletiva pela sua implementação. Não se trata de falarmos de iniciativas aprovadas pelo III Congresso, pois houve algumas. Falo da redefinição dos objetivos e métodos de direção partidária a partir da globalidade das resoluções do III Congresso.

O III Congresso foi marcado pela retomada do tema da autonomia como central na elaboração político-programática do PT. No pântano das relações estabelecidas entre PT, governo e aliados no contexto da crise de 2005/06, o PT perdeu muito do ponto de vista político (representatividade junto a setores da sociedade, imagem ética, respeitabilidade junto a adversários, coerência, etc.) e esteve a ponto de quase perder o direito a seu funcionamento regular.

Convocado nos marcos desta crise, o III Congresso estabeleceu elementos centrais para a recuperação do PT enquanto ser político autônomo e independente do governo Lula:

a. a retomada do debate sobre o projeto histórico do PT. O tema do socialismo, ainda que não tenha produzido grandes novidades ou profundidades, foi marcante por significar a tentativa de reencontro do PT com um projeto de sociedade capaz de nortear sua construção e apresentar parâmetros políticos, ideológicos e programáticos que nos tirem do pragmatismo eleitoral e do rebaixamento político-ideológico que marcaram os anos 90 no Partido;
b. a retomada do debate sobre estratégia, a partir do tema O Brasil que Queremos. Não há autonomia sem projeto histórico, mas não há autonomia sobre uma estratégia própria para a construção socialista no Brasil, que perpasse o período histórico do governo Lula mas o transcenda e o ultrapasse. Desde o V Encontro Nacional, a articulação da luta de massas com ação institucional em torno de um programa e de alianças de caráter democrático e popular visando o acúmulo de forças capazes de levar a contradições com a estrutura capitalista da sociedade brasileira e a uma ruptura socialista não foi substituída por nenhuma outra visão estratégica, apenas diluída e pasteurizada para adequação à mera disputa eleitoral;
c. e a retomada do tema da construção partidária, visto que o Partido entra em crise justamente a partir da conquista do espaço institucional mais importante já alcançado nas urnas, o governo federal, num momento de grande mudança no seu perfil organizativo. Os anos 90 marcam o progressivo abandono das políticas clássicas de nucleação, formação, inserção qualificada no movimento de massas e de debate político interno. As instâncias e as correntes políticas se fragilizam, as direções passam a monopolizar o debate político, fortemente institucional, do conjunto do Partido e a participação dos filiados e filiadas se restringe ao mecanismo do PED, viciado pelos processos de filiação em massa, uso de máquinas administrativas e/ou grupos de pressão econômico-financeiros na mobilização de eleitores/as e pela degradação de métodos de construção de autênticos currais eleitorais dentro do próprio Partido.

Neste sentido, o III Congresso aprovou importantes resoluções que tocaram nestes dilemas. Mas a superação da crise de 2005/06 sem um processo interno de debate aprofundado sobre suas causas e a partir da vitória eleitoral de 2006 produziram uma direção acomodada aos limites do tradicional, sem tomar a peito a tarefa de colocar em prática as mais importantes resoluções. Assim, o PED 2009 coloca à esquerda do PT o papel de reivindicar uma direção que não retroceda, mas avance no sentido de ter o III Congresso como um marco de políticas altamente necessárias para o que o PT encontre o caminho de sua reconstrução como partido socialista e democrático. Entre as tarefas inconclusas, destaco:

a. a retomada da iniciativa política do PT no exercício de sua representação autônoma. A mera associação de imagens entre o petismo e o lulismo, marca principal da atual gestão partidária, já provou ser insuficiente para resgatar o petismo. É o que mostrou por exemplo a estratégia para a eleição municipal de 2008, em que eixos nacionais praticamente inexistiram a não ser a identificação dos/as candidatos/as locais com a figura do presidente da República. Cabe ao PT disputar o lulismo com um perfil e uma política própria, de modo a reivindicar o que lhe cabe da construção do lulismo e do governo Lula e estabelecer metas de caráter socialista que avancem em relação a estes dois marcos.
b. O III Congresso aprovou por acordo resolução sobre a necessidade de construção de candidatura própria do PT para a sucessão do Presidente Lula, mas a direção partidária praticamente não deu passos significativos nesta direção. Na verdade a construção da candidatura presidencial do PT vem sendo gestada no âmbito do governo, com baixa influência do PT na definição de elementos estritamente partidários de uma candidatura presidencial – política de alianças nacionais, repercussões nos estados, programa, relação com os movimentos sociais, estratégia e fases de campanha, etc. Cabe a esta direção e à próxima construírem um protagonismo partidário que reconheça o peso e o papel dos/as petistas que estão no governo, mas que restabeleça o espaço partidário como centro de definições políticas e de direção do processo político eleitoral de 2010.
c. A retomada do papel do PT no movimento de massas e na luta social foi marcante nas resoluções do III Congresso, como o atestam resoluções sobre sua política de organização (em particular, sobre setoriais) e sobre temas trazidos ao debate pelos setoriais e por petistas militantes dos movimentos sociais (como as resoluções agrária, de educação, de saúde, sobre a Vale do Rio Doce, entre outras). No entanto, embora o espaço desses temas no debate partidário e nas resoluções das instâncias nacionais tenha crescido, não se pode dizer que a relação com os movimentos sociais tenha mudado de natureza nesta gestão. Caberá à próxima direção partir dos avanços e limites desta para redefinir uma relação mais forte e programática com os movimentos sociais e suas lutas, num processo que reconheça os movimentos sociais como parte de uma estratégia de construção socialista em tempos de governo tanto quanto em tempos de oposição.
d. As resoluções organizativas que asseguram o exercício da autonomia do Partido ou ficaram a meio termo (entre estas, as que tratam de formação política, setoriais e Código de Ética, por exemplo) ou foram abertamente deixadas de lado. Entre estas, as que tratam da reforma política, cujo conteúdo progressista – ainda que minimalista – não conseguiu unir a bancada de deputados/as do PT e envolver o governo numa agenda central do III Congresso, ou das finanças partidárias, cada vez mais reféns das relações estabelecidas com o capital privado no financiamento de campanhas eleitorais. Cabe a esta direção retomar essas duas agendas a tempo de permitir à próxima melhores condições de avanço, visto que o financiamento público de campanhas com lista partidária volta a ser objeto de debate no Congresso Nacional e que sua aprovação pode permitir um reequilíbrio econômico-financeiro do próprio PT e uma política de finanças que permita ao PT funcionar de forma autônoma dos financiamentos privados que asseguram hoje a capacidade de funcionamento do PT.

Por fim, cabe destacar que o IV Congresso não pode ser construído como contraposição ao III Congresso, o que seria retrocesso, nem mesmo como um debate que se reinicia a partir do zero, como se o Congresso anterior não tivesse existido. O combate das esquerdas petistas em torno das suas bandeiras aprovadas e legitimadas no III Congresso, antes do PED, nas instâncias partidárias, durante o PED e na preparação do IV Congresso permite que este possa acontecer num quadro de avanços e possa portanto ter um caráter mais progressista e transformador. Neste sentido, as esquerdas petistas é que podem relançar a agenda do III Congresso como uma agenda positiva para o PT como um todo e fazer do PED e do IV Congresso momento de embates mais qualificados e de conquistas mais relevantes para a luta socialista no Brasil.

Renato Simões.

Os desafios da esquerda brasileira, visto da perspectiva eclesial

Benedito Ferraro, assessor da Pastoral Operária de Campinas

Para compreender os desafios da esquerda, a partir da ótica eclesial no Brasil, queremos fazer um recuo no tempo. Queremos apontar como aspectos importantes:

1. **A importância do Concílio Vaticano II e seu contexto sócio-histórico (1962-1965): Superação do divórcio Igreja-Mundo.**

   A *Gaudium et Spes* (*A Igreja no mundo de hoje*) inicia um novo relacionamento com o mundo, com a pretensão de realizar um aggiornamento, a saber, proclamar a salvação de Deus numa linguagem que fosse entendida e significativa para os nossos contemporâneos. Há uma nova postura frente aos problemas humanos. João XXXIII retoma a expressão usada pelo Concílio Vaticano II – os sinais dos tempos – para mostrar os três fenômenos que caracterizam a nossa época[1]:

   a) A gradual ascensão econômico-social das classes trabalhadoras.
   b) O ingresso da mulher na vida pública.
   c) A evolução da sociedade humana para um padrão social e político completamente novo pelo processo de independência dos povos.

Seguindo na linha destes sinais dos tempos, é importante notarmos o que hoje se passa na América Latina e Caribe: os povos indígenas estão se tornando, na expressão de Boaventura Santos, no Fórum Social Mundial, Belém – 2009, os novos protagonistas da história. Milton Santos fala de um período democrático, na verdade, ele afirma que gostaria de falar de um período popular da história. Os pobres vão se tornando os protagonistas da mudança social. É um dado que não se pode deixar de notar, mesmo com suas ambigüidades.

2. **A Teologia da Libertação.**

A grande novidade da Igreja na América Latina e Caribe é a entrada dos cristãos e cristãs na luta política de libertação dos pobres e excluídos. Assim se expressa Gustavo Gutiérrez, um dos pais da Teologia da Libertação: "*A inserção nas lutas populares pela libertação tem sido - e é - o início de um novo modo de viver, transmitir e celebrar a fé para muitos cristãos da América Latina. Provenham eles das próprias camadas populares ou de outros setores sociais, em ambos os casos observa-se - embora com rupturas e por caminhos diferentes - uma consciente e clara identificação com os interesses e combates dos oprimidos do continente. Esse é o fato maior da comunidade cristã da América Latina nos últimos anos. Esse fato tem sido e continua sendo a matriz do esforço de esclarecimento teológico que levou à teologia da libertação"*[2].

A temática da libertação, muito presente entre 1960 – 1989, torna-se ainda mais dramática com a entrada do neoliberalismo, com seu caráter de exclusão: "*Na atual conjuntura, o fato maior é, sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica da exclusão, o clima de indiferença anti-solidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de que uma imensa «massa sobrante» de seres humanos descartáveis tenha passado a ser vista como lixo da história*»[3].

Tal consideração se alarga para outros lugares do mundo, como bem expressa o bispo Desmond Tutu:*"A Teologia da libertação, mais que qualquer outro tipo de teologia, surge do crisol da angústia e dos sofrimentos humanos. Surge porque o povo grita: "Senhor, até quando? Oh! Deus, mas por quê?" Toda a teologia da libertação provém do esforço por dar sentido ao sofrimento humano quando aqueles que sofrem são vítimas de uma opressão e exploração organizadas "*[4].

---

1 João XIII, *Pacem in Terris*, 40-42.
2 GUTIÉRREZ,G., *A força histórica dos pobres*, Vozes, Petrópolis, 1981, p. 245.
3 ASSMANN,H., *Crítica à Lógica da Exclusão*, São Paulo,Paulus, 1994, p.129.
4 TUTU,D., "*The theology of liberation in Africa*", em *African Theology en route*, editado por Kofi Appian-Kubi e Sérgio Torres,

Teologia Negra da Libertação nos USA, tal como é concebida por J.H.Cone, também é significativa para entendermos a dinâmica da libertação: *"A resposta da Teologia Negra à questão da hermenêutica pode ser estabelecida de modo conciso: O princípio hermenêutico para uma exegese das Escrituras é a revelação de Deus em Cristo como o Libertador dos oprimidos da opressão social e para a luta política"*[5].

3. **Comunidades Eclesiais de Base – Pastorais Sociais e CNBB.**

Tripé que nos ajuda a compreender a ação da esquerda cristã. Sem este tripé, não se pode compreender as **Campanhas da Fraternidade** (sobretudo a partir de 1975), a participação no **Grito dos Excluídos**, **na romaria dos trabalhadores/as**, nas **romarias da terra e das águas**, a participação nos **plebiscitos populares** da dívida externa, da Vale do Rio Doce, o mutirão Nacional de superação da miséria e da fome, o Mutirão pela Amazônia (2003).

As CEBs são verdadeiras sementeiras de lideranças que se engajam nos movimentos populares, nos sindicatos, nos partidos, no MST, nas pastorais sociais (pastoral operária, pastoral da criança, pastoral carcerária, pastoral da terra, pastoral dos pescadores...). O processo das **Semanas Sociais Brasileiras** foi um aprendizado significativo em termos de se pensar o projeto de um novo Brasil. A 2ª. Semana Social Brasileira nos legou frutos preciosos e que continuam a fazer frutificar a ação de construção de um país democrático. Ainda nos fica na memória a importância das quatro idéias-forças presentes no processo desta 2ª. Semana Social:

a) Radicalização da Democracia.
b) Construção Coletiva.
c) Cidadania Ativa.
d) Inversão de Prioridades.

Da 4ª. Semana Social Brasileira permanece o desafio da construção de um Brasil economicamente justo, politicamente democrático, socialmente solidário e ecologicamente sustentável.

Embora a **CNBB** tenha tido direções conservadoras, seus documentos continuam apontando para a construção do processo democrático. Os Documentos 80 e 82 da CNBB podem nos ajudar a perceber esta orientação.

4. O grande desafio para a esquerda brasileira: Fragmentação.

4.1. Fragmentação das centrais sindicais:
4.2. Fragmentação dos partidos políticos de esquerda.

5. Onde investir?

5.1. Processo de conscientização dos direitos dos cidadãos e cidadãs.
5.2. Politização: a política como instrumento de construção e organização da polis.
5.3. Busca de consenso frente às grandes prioridades da população, sobretudo a partir dos pobres e excluídos:
5.3.1. Luta contra o desemprego.
5.3.2. Luta pela Reforma Agrária e demarcação das terras dos indígenas e quilombolas.
5.3.3. Luta pelo aumento do salário mínimo.
5.3.4. Luta pela moradia.
5.3.5. Luta pela saúde.
5.3.6. Luta pela educação de qualidade.
5.4. Defesa da natureza (Luta ecológica).

Nova Iorque, Orbis Books, 1979, p. 163, citado por GUTIÉRREZ,G., *op. cit.*, p. 15. Cf. também DUPUIS,J., *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*, Paulinas, São Paulo,1999, p. 36.

5 CONE,J.H., *O Deus dos oprimidos*, Paulinas, São Paulo, 1985, pp. 92-93.

A construção do Partido dos Trabalhadores

Licio Lobo, **direção nacional da Articulação de Esquerda**

O PED 2007 não contribuiu para resolver a crise estratégica de fundo vivida pelo PT, que continua imerso, desde 2005, numa transição política, organizativa e geracional.

O Partido continua imerso numa situação de **"impasse estratégico**" caracterizado pela saturação das posições ao "centro" e pelo fato de que o núcleo do campo "ex-majoritário", a corrente "Construindo um Novo Brasil", não conseguiu restabelecer a prática, comum até a crise de 2005, da interdição do debate partidário através do uso e abuso de uma suposta "maioria presumida".

Em 2010, pela primeira vez desde 1989, o PT não terá Lula como seu candidato a presidente. Uma vitória em 2010 exigirá uma imensa capacidade de elaboração e construção partidária coletiva. Atravessado por grandes divergências políticas de fundo e por interesses pessoais conflitantes, o campo hoje "ex-majoritário" enfrenta dificuldades cada vez maiores para se pôr de acordo sobre questões fundamentais do presente e do futuro, tanto do PT quanto do país.

Rearranjando a esquerda

Cresce para o PT, portanto, a importância de combinar o apoio e participação no governo Lula, com a manutenção da sua autonomia e capacidade de crítica em relação ao governo nos contenciosos programáticos.

Para dar conta destes desafios, além de **elaborar uma estratégia adequada**, o PT terá que fazer um "ajuste de contas" com concepções organizativas e comportamentos que cresceram entre nós nos últimos anos, tais como o pragmatismo, a conciliação de classes, a promiscuidade com setores da elite, o mandonismo e o carreirismo.

Precisamos reafirmar, também, quatro vocações fundamentais do PT: a de ser um partido militante, a de ser um partido de massas, a de ser um partido para governar o Brasil e a de ser um partido socialista.

Construir um partido de massas e militante

Garantir que o PT seja um partido de massas e um partido militante exige tomar medidas que enfrentem seis problemas fundamentais:

a) a relação partido/povo, que vem se deformando pouco a pouco numa relação legenda/eleitorado;

b) a condição de um partido de massas que não construiu uma política de comunicação de massas;

c) a consolidação e a competição entre vários núcleos autônomos de poder partidário, como por exemplo as direções, as bancadas, os governos, os dirigentes dos grandes movimentos sociais e as tendências;

d) o pequeno controle coletivo da militância sobre os rumos do Partido, em particular sobre os atos das direções partidárias, governantes e parlamentares;

e) a utilização do Partido como "escada" para projetos de natureza pessoal ou grupal, muitas vezes apoiados em "esquemas" semi-clandestinos de poder e tráfico de influência, impulsionados por pessoas com pouco ou nenhum tipo de vínculo, nem mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao partido;

f) o surgimento de relações de clientela entre parlamentares, dirigentes e setores da base do Partido.

A solução de alguns destes problemas supõe, por um lado, a realização de alterações na legislação brasileira,

como a fidelidade partidária, o voto em lista e o financiamento público das campanhas eleitorais. Supõe, por outro lado, **mudanças na concepção de partido ainda vigente entre nós.** Trata-se, por exemplo, de resgatar a noção de partido democrático e dirigente, em contraposição aos núcleos autônomos e paralelos de poder. Finalmente, a solução de vários dos problemas acima listados exige medidas políticas e organizativas.

Entre estes mecanismos, destacamos:

a) **um sistema nacional de formação política**, que abrangerá, entre outras ações de educação política massivas e capilarizadas no interior do Partido, a criação de uma Escola Nacional de Formação Política;

b) **a criação de um sistema de comunicação**, inclusive um jornal diário de ampla circulação e mudanças nas características da revista Teoria e Debate, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda.

O PT de hoje também é muito diferente do PT de 1995. Apesar de ter sido submetido a intensas pressões eleitorais e tratado muitas vezes como correia de transmissão, seja do governo, seja dos interesses do próprio "campo majoritário", o Partido enfrentou e sobreviveu à "operação de cerco e aniquilamento" que a burguesia desencadeou contra nós em 2005.

A experiência fez grande parte do Partido perceber que não pode permitir que seus objetivos históricos sejam reduzidos aos interesses e necessidades de uma liderança, de um mandato governamental ou de uma tendência partidária.

Na conjuntura que se abre, este debate se coloca num patamar superior para a esquerda petista. A própria realização desta Conferência da Esquerda Socialista do PT é um sinal positivo e um desafio a que nos coloquemos à altura das nossas tarefas históricas.

A crise econômica e a crise ecológica de um ponto de vista ecossocialista

Gilney Viana, do Diretório Nacional do PT

1. Abordagem e alternativa ecossocialistas

A atual crise econômica coincide com uma crise ecológica. A crise econômica é sistêmica. A crise ecológica é global. Existe uma relação de causalidade entre elas donde a necessária abordagem teórica abrangente. A crise econômica é uma crise do sistema capitalista. A crise ecológica é uma crise da relação entre os humanos e a natureza ou mais recentemente entre o modo de vida da sociedade capitalista moderna e os ecossistemas, donde a pertinência da abordagem do ponto de vista de classe, embora não exclusivamente. A crise econômica questiona o modo de produção capitalista, baseado no regime de propriedade privada dos bens de produção e na desigualdade do usufruto do produto social: atinge a todos desigualmente e de forma mais cruel aos trabalhadores e povos inteiros incluídos de forma marginal ao sistema. A crise ecológica atual, derivada deste sistema (e secundariamente da contribuição dada pelas experiências do "socialismo real") também atinge a todos desigualmente e de forma mais grave os mais pobres sujeitos à injustiça ambiental, embora em escala escatológica possa atingir a todos independente de classe, nacionalidade ou situação geográfica – o que lhe dá também uma dimensão planetária. A alternativa radical às crises ecológica e econômica, só pode ser um novo modo de produção e consumo voltado para o atendimento das necessidades materiais, culturais, espirituais, de todos e todas, guardadas as diferentes identidades coletivas e individuais; definido e gerido democraticamente por homens e mulheres livres; respeitando-se os limites e tempos dos ciclos de vida dos ecossistemas naturais. Essa é a abordagem e a alternativa ecossocialistas.

2. A crise econômica

A crise econômica é mais facilmente percebida por todos e todas porque atinge imediatamente a capacidade de investir, de consumir, ou simplesmente de prover a subsistência de muitas famílias. Para os trabalhadores o principal indicador é o aumento do desemprego. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima um total de 50 milhões de desempregados ao final de 2009, associado à redução da renda familiar; à perda de direitos e bens, como imóveis devido à incapacidade de pagar as prestações ou hipotecas dos mesmos. Alguns capitalistas perdem com as falências das empresas, outros concentram capital e riqueza. A grande novidade dessa crise é a virtual falência do sistema financeiro dos Estados Unidos e da Europa, que só não entrou em colapso graças à intervenção do Estado. Do sistema financeiro a crise se generalizou, como indicam a queda do PIB mundial e de forma mais grave nos países desenvolvidos.

3. A crise ecológica

A crise ecológica atual tem forte contribuição das atividades humanas. Relatórios do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC, ONU), de 2007, revelam, com mais de 90% de certeza, que as atividades humanas são responsáveis pelo incremento da temperatura média do planeta em 0,4ºC devido ao salto da concentração de CO2 na atmosfera de 280 ppmpv (partes por milhão por volume) em 1750 para 368 ppmpv em 2006 (período da Revolução Industrial ao capitalismo globalizado). Sem alterações no atual padrão de produção e consumo a temperatura média do planeta pode se elevar em até mais 4ºC, neste século – com graves conseqüências ecológicas, sociais e econômicas. Para barrar a elevação da temperatura média da terra em até mais 2ºC até 2050 seriam necessários investimentos da ordem de 3% do PIB mundial até 2030.

A"*Avaliação Ecossistêmica do Milênio*" (outro estudo da ONU, de 2005) indica que mais de 60% dos serviços ambientais dos ecossistemas – água doce, pesca, regulação do solo e do clima – registraram alto grau de degradação nos últimos 50 anos, gerando bem estar para parte da humanidade e perdas em grande medida irreversíveis da biodiversidade (100 a 1000 vezes mais rápido que antes da existência da humanidade) e da capacidade da natureza prover serviços fundamentais como a purificação do ar e da água que já atingem 2 bilhões de pessoas; certamente os mais pobres.

4. O enfrentamento da crise econômica inclui o enfrentamento da crise ecológica

A crise de 2008 se dá em contexto histórico diferente da crise de 1929. Em 1929 os EUA eram potência hegemônica ascendente, agora está em descenso. A restauração capitalista incorporou ao sistema a antiga União Soviética (e todo o "bloco soviético") em condição econômica subalterna sem renúncia à condição de superpotência militar; a Comunidade Européia se tornou uma entidade forte econômica e politicamente; países capitalistas emergentes, especialmente os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) tornaram-se atores importantes na economia e na política, destacando-se dentre eles a China. Há disputa econômica e política, mas não há conflito político e ideológico que justifique uma guerra de grandes proporções, afora as limitações impostas pelas armas nucleares.

Os Estados Unidos não estão fortes o suficiente para impor as suas decisões e não estão tão fracos para aceitarem imposições da Europa ou dos BRICs (ou da China). Não há alternativas senão negociar, tanto em política econômica quanto em política ambiental, como se viu no G-20, em Londres

5. A necessária unidade da luta política e da luta ambiental

Essa crise econômica pode se resolver dentro do sistema capitalista (outras virão), mas não a crise ecológica. Dependerá da luta dos trabalhadores e dos povos a defesa do direito a uma melhor qualidade de vida e isto dependerá também de reduzir os impactos ambientais já acumulados (aquecimento global; danos aos ecossistemas naturais, etc.) e das políticas anti crise e garantir acesso o mais universal aos serviços ambientais.

Para se enfrentar adequadamente a crise ecológica será necessária uma reversão e reorientação da base econômica hoje existente, tanto industrial quanto agrícola, sob bases tecnológicas sustentáveis e outro padrão de consumo, em tal grandeza que não será suportável para o sistema capitalista. Esta contradição essencial exigiria uma solução revolucionária política e cultural em escala internacional, socialista, democrática e sustentável.

Compreender e enfrentar

Valter Pomar, secretário de relações internacionais do PT

Há um intenso debate ideológico e teórico acerca das causas e da caracterização da crise. A tese mais popular afirma que estamos diante de uma crise financeira, que tem como pano de fundo as políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas.

Para setores da direita, argumentar que se trata de uma crise financeira, permite defender o "capitalismo produtivo" e sustentar, como também faz Sarkozy, que "o anticapitalismo não oferece nenhuma solução para a crise atual".

Para setores da esquerda, argumentar que se trata de uma crise do neoliberalismo permite saborear o gosto da vitória, na polêmica que sustentamos contra o monetarismo, o Estado mínimo, a desregulamentação, a flexibilização e o Consenso de Washington. Permite, também, escapar ou pelo menos colocar em segundo plano o debate acerca do socialismo.

Entretanto, comete um equívoco teórico, com conseqüências políticas e ideológicas, não perceber que estamos diante de uma clássica crise do capitalismo, que evidentemente atinge este capitalismo real que temos diante de nós: o "capitalismo neoliberal".

Quem separa artificialmente neoliberalismo de capitalismo, capital financeiro de capital produtivo, comete equívoco metodologicamente similar aos que --no início dos anos 90—negavam estar em curso uma crise do socialismo, que seria (ao menos na teoria e na nossa vontade) algo bastante diferente da sua materialização concreta na URSS e em outros países.

É preciso lembrar que:

1) as grandes empresas capitalistas atuam no mercado financeiro e, aliás, extraem parte expressiva de suas receitas da especulação, dos derivativos, do mercado acionário, dos hedges etc.;

2) o crescimento da "economia real", ocorrido nos anos 1990, foi azeitado pelo crescimento exuberante dos ativos financeiros e pela oferta de crédito barato para o consumo;

3) o próprio neoliberalismo, como política de Estado, foi uma resposta as baixas taxas de crescimento e a queda nas taxas de lucro, experimentadas pelo capitalismo desde o início dos anos 1970. Portanto, estamos vivendo "a crise da resposta à crise" dos anos setenta;

4) a especulação financeira que assistimos nos últimos anos, combinada com a oferta de crédito barato, foram em última análise respostas a uma contradição estrutural do capitalismo, a saber: sua tendência a produzir cada vez mais mercadorias, com cada vez menos trabalho vivo, gerando superprodução de mercadorias e superprodução de capitais. Contradição cujo desfecho pode ser adiado, mas que ao fim e ao cabo conduz à destruição em larga escala dos capitais;

5) a desvalorização dos ativos financeiros, a concentração e centralização de capitais (o que inclui o fechamento de empresas), a ampliação do desemprego e a transformação de dívida privada em dívida pública são algumas das respostas clássicas, dadas a uma crise de tipo clássico.

Por isto, entre outros motivos, é que podemos dizer que estamos diante de uma crise do capitalismo (não apenas uma crise financeira ou resultante do neoliberalismo).

Aliás, com o perdão do neologismo, o capitalismo é um sistema "crísico". Para citar um estudo recente, feito pelo IPEA: entre 1970 e 2007 ocorreram 127 crises bancárias sistêmicas, 208 crises cambiais e 63 episódios de crises de não pagamento de dívida soberana. Ou seja, 3 crises bancárias, 5 crises cambiais e 2 não pagamentos por ano!

A novidade existente na crise atual é dupla: sua profundidade e sua duração.

A profundidade deriva de um fato simples: nunca o capitalismo foi tão hegemônico e tão poderoso como é hoje. Logo, sua crise também é por definição mais profunda, como se percebe quando analisamos outras de suas dimensões (energética, alimentar, ambiental, política, civilizacional).

A duração deriva da combinação entre a crise econômica e o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, declínio que começa no exato momento em que a URSS é derrotada, enfraquecendo os motivos que levaram as demais nações capitalistas a aceitar a hegemonia dos EUA, a começar pela ONU, OTAN e instituições do chamado sistema Bretton Woods.

A caracterização desta crise como capitalista, profunda e de longa duração nos posiciona melhor no debate ideológico e na luta política que está em curso.

No início dos anos 1990, quando houve a crise geral do socialismo, a burguesia jogou-se numa ofensiva ideológica total, que intimidou e cooptou setores majoritários da esquerda em todo o mundo, no Brasil e no PT.

Aquela ofensiva foi em favor da alternativa ideologicamente extrema (o neoliberalismo), não a favor de um meio-termo social-democrata.

Já agora, quando caiu o "muro de Berlim" deles, o debate ideológico é proporcionalmente tímido e se trava, no essencial, entre neoliberais e keynesianos, que ideologicamente falando são parentes, pois no limite trata-se de correntes pró-capitalistas, que defendem o uso dos recursos públicos em favor do bom funcionamento dos mercados.

A esquerda socialista precisa participar deste debate, oferecendo uma crítica e uma alternativa ao capitalismo de conjunto. Evidentemente, sabendo diferenciar o que é tático (o combate a herança neoliberal, especialmente a hegemonia do capital financeiro), o que é estratégico (a defesa das reformas estruturais democrático-populares) e o que é programático (a defesa do socialismo).

No debate ideológico, um ponto central é o seguinte: se o capitalismo produz crises periódicas, se hoje ele vive do "crédito", se ele precisa do Estado para voltar a funcionar, então ele não é um "dado da natureza" e depende da política; logo outra vontade política pode construir uma alternativa não-capitalista.

O que nos remete a nossa segunda tarefa diante da crise: além de compreender, enfrentar.

Do ponto de vista tático, a crise constitui no fundamental uma ameaça, tanto social quanto política, especialmente onde somos governo. Motivos pelos quais não devemos comemorar sua eclosão.

Mas, do ponto de vista estratégico, a crise constitui uma imensa oportunidade, tanto do ponto de vista ideológico, quanto do ponto estratégico, para aqueles que lutam pelo socialismo. Claro que é também uma oportunidade para as classes dominantes, risco que devemos sempre levar em conta na análise política.

Do ponto de vista estratégico, o que está em jogo é a construção do pós-neoliberalismo, cujo conteúdo será definido pela luta entre as classes, dentro de cada Estado, e pela luta entre Estados, na esfera mundial.

Simplificando, podemos dizer que nesta luta há três vertentes:

1) a conservadora, a saber, os mesmos que implantaram e lucraram com o neoliberalismo, buscam definir os parâmetros do pós-neoliberalismo. Esta é a orientação fundamental do governo Obama, que em seu discurso de posse disse explicitamente que os EUA estão "prontos para voltar a liderar";

2) a progressista, expressa pelos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que não estiveram no comando do período neoliberal. Seu objetivo é um capitalismo mais democrático, o que supõe inclusive que o dólar deixe de ser a moeda mundial. Este capitalismo mais democrático para os capitalistas pode ou não ser acompanhado de mais democracia e igualdade social;

3) a socialista, que obviamente luta por um pós-neoliberalismo que seja socialista.

A vertente mais poderosa, hoje, é a conservadora. Apesar da crise, Estados Unidos, União Européia e Japão se-

guem controlando a maior parte da economia, das forças armadas e da comunicação mundiais. E, paradoxalmente, a crise produz o medo, na maior parte dos demais países, do efeito Titanic, a saber: o colapso catastrófico das economias centrais, que puxaria todo o resto para o fundo. Neste contexto, Obama pode ser o homem certo, na hora certa, dando para alguns a esperança de que os Estados Unidos seriam capazes de liderar com "suavidade".

A vertente progressista tem ampliado o seu espaço, que depende em certa medida do avanço da crise nos países centrais, bem como da disposição de pressão dos chamados "governos progressistas". Como não têm força suficiente para impor unilateralmente outro desenho, os governos progressistas buscam um acordo com o G7, nos marcos do G20 e noutros espaços; mas, como a crise é sistêmica e profunda, os governos saem de reuniões internacionais como as do G20 preocupados em defender seus interesses uns contra os outros; numa dinâmica que não gera estabilidade, nem desfecho rápido para a crise. A verdade é que o desenvolvimento econômico gerou processos e interconexões mundiais, mas as contradições intercapitalistas impedem que haja um "governo mundial".

A vertente socialista depende da ocorrência, em alguns países e regiões do mundo, de revoluções anticapitalistas, o que por sua vez está vinculado não apenas ao aprofundamento da crise, mas principalmente a mudança na percepção popular sobre a crise. Isto porque o aprofundamento da crise não gera, de per si, revoluções socialistas, especialmente neste período histórico em que nos encontramos, que ainda é de defensiva estratégica do movimento socialista, que ainda está lambendo e pensando as feridas da primeira tentativa de construção do socialismo, realizada no século XX. Tanto é assim que, independentemente da avaliação que façamos sobre o tipo de sociedade que existe nos países governados por partidos comunistas, podemos dizer que estes países e governos operam no cenário internacional em favor da "vertente progressista" citada anteriormente. Quanto ao chamado "socialismo do século XXI", por enquanto ele é uma mistura de anti-imperialismo com capitalismo de Estado distributivista e popular.

Apesar dos senões acima listados, não devemos cair num pessimismo mecanicista. Até porque, assim como ocorreu no desfecho de outras grandes crises, o mundo pós-neoliberal tende a ser uma combinação das três vertentes: conservadora, progressista e socialista.

A preços de hoje, podemos dizer duas coisas:

a) ainda é forte o risco de um predomínio da vertente conservadora;

b) na América Latina existe uma correlação de forças favorável as vertentes "progressista" e "socialista".

Em outros momentos da história, a América Latina se beneficiou de crises nas metrópoles. Assim foi nas décadas finais do século XVIII e iniciais do século XIX, que em nossa região foi marcado pelas independências; assim foi, também, na crise dos anos 1920 e 1930, a partir da qual se acelerou o processo de industrialização de importantes países da América Latina.

Nos anos 1970 acontece, na maior parte dos casos, o contrário: a crise vem acompanhada de um ciclo de ditaduras militares, que prepararam o terreno para o neoliberalismo.

Agora, a correlação de forças nos favorece. A esquerda faz parte de importantes governos na região e pode, mais do que denunciar e mobilizar e pressionar, agir tanto para combater os efeitos da crise, quanto para aprofundar as mudanças estruturais que nossas sociedades seguem necessitando.

Evidentemente, como já foi dito antes, o impacto tático imediato da crise tende a ser negativo, do ponto de vista social, econômico e político. Além disso, a crise tem como efeito colateral dificultar a situação econômica dos países mais radicalizados politicamente (Venezuela, Equador, Bolívia); aumentando ainda a pressão, vinda dos demais países da região, para que o Brasil arque com os custos da integração continental.

Frente a este quadro, é transcendental manter (e ampliar) o controle do governo brasileiro. O que dependerá em grande medida de nosso sucesso no enfrentamento da crise aqui e agora. Tal enfrentamento possui pelo menos cinco dimensões distintas, ligadas entre si, a saber: 1) a ação do governo federal, 2) a luta política e social, 3) a oposição aos tucanos e conservadores, 4) o debate ideológico e 5) a rearticulação do campo democrático-popular.

Valter Pomar é secretário de relações internacionais do PT.